

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

[Título: Eleição definirá foro de 65 citados pela Odebrecht que têm casos no STF](#)..... 2

Folha de S. Paulo

[Título: Dia útil](#) 3

Valor Econômico

[Título: Eletrobrás resiste com aposta em venda de distribuidoras](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Eleição definirá foro de 65 citados pela Odebrecht que têm casos no STF.....	2
Título: Chineses e o setor elétrico	3
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Dia útil	3
Título: natural.....	3
VEÍCULO: Valor Econômico	4
Título: Regras para mercado livre travam acordo do gás natural.....	4
Título: Tarifa de Trump faz preço do aço disparar nos EUA.....	5
Título: Tragédias na mineração	8
Título: Petrobras veta tradings em refino	11
Título: Statoil muda comando no Brasil	13
Título: Turbulências do efeito Trump impulsionam metais e petróleo	14
Título: Destaques	16

Título: Eletrobrás resiste com aposta em venda de distribuidoras 16

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Gabriel Cariello

Título: Eleição definirá foro de 65 citados pela Odebrecht que têm casos no STF

Seis delatados decidiram não disputar o voto em outubro

Sessenta e cinco pessoas citadas nos acordos de delação de executivos da Odebrecht podem perder o foro privilegiado no Supremo Tribunal Federal (STF) em janeiro se não forem vitoriosos nas eleições de outubro. Esse grupo inclui 43 deputados federais, 18 senadores, dois governadores, um ex-ministro e até o presidente Michel Temer. Todos eles concluirão seus mandatos este ano, o que pode resultar no envio de investigações sobre eles para a primeira instância do Judiciário. Além do fim do mandato, há outra possibilidade de os casos serem enviados para a primeira instância.

Na quarta-feira, o Supremo voltará a discutir se altera a regra do foro privilegiado. Os ministros discutem se devem restringir a prerrogativa, tirando da Corte processos envolvendo autoridades sobre casos que não se relacionam com o exercício do mandato. Se a regra for alterada, a perda do foro não seria automática: os ministros teriam que avaliar cada caso. Além dos 65 citados pelos delatores, seis envolvidos decidiram não concorrer às eleições e vão perder o foro privilegiado — os ministros **Moreira Franco (Minas e Energia)**, Eliseu Padilha (Casa Civil), Gilberto Kassab (Ciência e Tecnologia), Aloysio Nunes Ferreira (Relações Exteriores) e Blairo Maggi (Agricultura); e o governador do Acre, Tião Vian (PT).

Outros nove delatados terão seus inquéritos mantidos no Supremo. É o caso de oito senadores que ainda têm quatro anos de mandato pela frente e do ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo, cujo cargo é vitalício. A reeleição é uma exigência para a manutenção do foro para o presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), e os senadores Aécio Neves (PSDBMG), Romero Jucá (PMDB-RR), Renan Calheiros (PMDB-AL), Lindbergh Farias (PT-RJ) e Ciro Nogueira (PP-PI), entre outros.

Na Câmara, a lista dos deputados que precisarão conquistar novos mandatos inclui o presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o ex-ministro das Cidades Bruno Araújo (PSDB-CE) e os deputados federais do Rio Pedro Paulo (DEM) e Júlio Lopes (PP). Também dependem do eleitor o presidente Temer, os governadores Robinson Faria (RN) e Renan Filho (AL), e o ex-ministro da Integração Nacional Hélder Barbalho.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ancelmo Gois

Título: Chineses e o setor elétrico

A China Power Investment Corporation avança sobre a Usina Santo Antônio. É um negócio de R\$ 4 bi (30% da hidrelétrica).

Uma grave realidade

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Daniela Lima

Título: Dia útil

Painel

Encarregado de destravar a privatização da Eletrobrás, **o ministro Moreira Franco (Minas e Energia)** reuniu a equipe no fim da semana passada para avisar que trabalharia nesta segunda (30), véspera de feriado. "Com quem eu posso contar?", perguntou.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Maria Cristina Frias

Título: natural

Mercado Aberto

O STJ deverá decidir, na quinta (3) uma disputa entre a Petrobras e o órgão ambiental Cetesb. A empresa foi multada por emitir poluentes de uma unidade de gás natural. Ela quer que se verifique os danos causados.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Regras para mercado livre travam acordo do gás natural**

Sem conseguir costurar um consenso entre os principais agentes do mercado, o governo enfrenta dificuldades para aprovar ainda este ano o projeto de lei que trata da reforma do marco regulatório do gás natural. **O Ministério de Minas e Energia** mantém a intenção de aprovar as propostas, discutidas no âmbito do programa Gás para Crescer, até maio, mas crescem as incertezas em torno da votação da medida antes que as campanhas eleitorais esvaziem as pautas do Congresso, segundo interlocutores consultados pelo **Valor**.

O principal ponto de divergência está na regulação do mercado livre de gás. A versão original do substitutivo do PL 6.407/2013, apresentada no fim do ano passado, atribuía à Agência Nacional de Petróleo (ANP) a regulação do consumidor livre. A proposta é defendida por praticamente todos os agentes da indústria, mas esbarrou na resistência das distribuidoras, favoráveis à manutenção da regulação estadual.

Atualmente, cada Estado possui uma regulação própria. Os consumidores se queixam de que há legislações que fixam volumes mínimos de consumo elevados para que uma indústria seja enquadrada como cliente livre e que são impeditivas à abertura do mercado. Eles também reclamam que, em alguns Estados, usuários livres têm de pagar às distribuidoras a mesma tarifa paga por usuários cativos, ainda que sejam abastecidos por pequenos ramais dedicados.

Augusto Salomon, presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado (Abegás), defende que a abertura do mercado ainda não se consolidou no Brasil devido à falta de diversidade na oferta de gás, hoje concentrada na Petrobras. Segundo ele, do preço final do gás para os consumidores, apenas 20% é relativo à atividade de distribuição.

"É nos Estados que devem haver as discussões dos interessados que se sintam desconfortáveis com as tarifas praticadas pelas distribuidoras. Também somos favoráveis à abertura do mercado, mas que não haja by-pass [fornecimento direto ao consumidor], sem que a concessionária seja remunerada pelas tarifas de distribuição", diz Salomon.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), pediu que interlocutores do mercado agissem para tentar costurar um acordo. Além do mercado livre, há também divergências na indústria em relação à regulação do acesso de terceiros aos gasodutos de escoamento,

unidades de processamento e terminais de gás natural liquefeito. Enquanto as petroleiras defendem o acesso negociado, alguns governos estaduais são favoráveis ao acesso obrigatório, desde que haja capacidade disponível.

Ao longo dos últimos meses, novas versões para o substitutivo, não oficiais, chegaram a circular pelo mercado. A proposta da regulação federal do mercado livre foi revista, o que gerou reclamações, sobretudo por parte dos representantes das petroleiras e dos consumidores.

"O trabalho de consenso aparentemente não funcionou", conta o diretor da consultoria Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires. Ele lembra das dificuldades inerentes à tramitação do projeto num ano eleitoral. Como a maioria das distribuidoras de gás são controladas pelos Estados, existe um receio de que governadores possam mover suas bancadas.

Em dezembro, os governadores dos Estados da região Sul e do Mato Grosso do Sul enviaram a Maia um ofício pedindo a intervenção do presidente da Câmara para impedir a aprovação da proposta que atribuía à ANP a regulação do consumidor livre.

"Hoje há um clima de incertezas sobre o trâmite do projeto. Pode ser melhor esperar [um novo ambiente para discussão] do que regredir [nas discussões]", comenta a advogada Lívia Amorim, do escritório Souto Correa Advogados.

Luiz Costamilan, secretário-executivo de gás natural do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), no entanto, ainda vê espaço para negociações. "Não vemos a soberania dos Estados sendo ameaçadas pela proposta [de regulação do mercado livre pela ANP]. O que desejamos é o desenvolvimento do mercado. Os Estados vão se beneficiar com isso, com a dinamização da indústria, aumento da arrecadação de impostos."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Michael Pooler | Financial Times

Título: Tarifa de Trump faz preço do aço disparar nos EUA

A primeira granada atirada na guerra comercial entre EUA e China parece ter provocado mais um estalo do que uma explosão.

A decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, de impor em março pesadas tarifas sobre a importação de aço e alumínio desencadeou uma troca de

medidas protecionistas na mesma moeda entre as duas maiores economias do mundo, com ameaças de impostos sobre todo tipo de mercadoria, desde soja e instrumentos cirúrgicos a carros e algodão.

Mas desde então Washington sinalizou estar preparada para encolher o alcance da ofensiva contra os dois metais que se tornaram símbolo da disputa - ao menos para alguns países. Isso significa que as siderúrgicas em muitos países, que temiam ser pegas no fogo cruzado de hostilidades comerciais, poderiam sair relativamente ilesas, segundo analistas.

Mesmo assim, ainda pode haver uma detonação amanhã, quando vencem as isenções temporárias concedidas a alguns aliados selecionados.

México, Canadá, Argentina, Brasil e União Europeia (UE) têm até essa data para negociar acordos alternativos às tarifas - de 25% no caso do aço e de 10% no do alumínio - que são a resposta da Casa Branca à ameaça a segurança nacional representada pelo excesso de importação dos metais.

Com o prazo se aproximando, há esperança de que a data seja prorrogada se não houver acordos bilaterais a tempo.

"O que foi primeiro apresentado como uma tarifa abrangente aplicada a todas as importações de aço pelos EUA se transformou em uma política de mais nuances, que será trabalhada nas próximas semanas e meses, por meio de negociações bilaterais com parceiros comerciais essenciais", diz Seth Rosenfeld, do Jefferies.

Acordos finais favoráveis seriam um alívio para alguns nomes da indústria siderúrgica mundial, que acabaram de se recuperar após um período de turbulências provocado pelo excesso de oferta. Empresas como a ArcelorMittal, a sul-coreana Posco e o braço britânico da Tata Steel sofreram pesados prejuízos depois que os preços do aço entraram em queda livre em 2015.

A perspectiva de uma tarifa geral para todos, de início, causou alarme em alguns cantos da indústria siderúrgica e houve alertas quanto aos danos potenciais que seriam sentidos pelos exportadores estrangeiros, mas também quanto aos que seriam provocados pelas remessas destinadas originalmente aos EUA e que passariam a inundar outros mercados.

Esses riscos, contudo, agora parecem menores, uma vez que os países que conseguiram se salvar das tarifas representam quase 70% das 34,5 milhões de toneladas importadas pelos EUA em 2017. A Austrália anunciou ter conseguido uma isenção permanente, enquanto Japão e Turquia também fizeram solicitações similares.

"Além da China e da Rússia, é extremamente difícil prever que exportadores vão estar sujeitos à tarifa no longo prazo", escreveu Anthony J LaPlaca, da firma de advocacia Seyfarth Shaw.

Um possível modelo para outros países é o acordo que a Coreia do Sul já acertou com os EUA. Em vez de tarifas, a nação asiática vai limitar as exportações aos EUA em 70% da média dos últimos três anos. Se um sistema similar de cotas for aplicado de forma generalizada, as importações dos EUA poderiam cair entre 10% e 23% em comparação a 2017, calcula a Jefferies.

As empresas também podem solicitar isenções para tipos específicos de metais que importam. Dezenas já o fizeram.

O abrandamento da posição de Washington pode parecer ruim à primeira vista para a indústria local, que se considera vítima de práticas comerciais desleais e há muito pedia algum tipo de proteção. Mas observadores dizem que a abordagem pode ser benéfica tanto para as siderúrgicas locais, ao restringir a oferta, quanto aos exportadores isentos, que compensariam o corte no volume com a possibilidade de vender produtos com preços mais altos aos EUA.

"É, definitivamente, uma vitória para as usinas domésticas e uma vitória para os países isentos, já que deverá haver menos aço [exportado aos EUA], mas a um preço maior", diz John Foster, diretor-gerente da Partners in Steel International.

Além disso, as siderúrgicas americanas já vêm se beneficiando das dezenas de tarifas comerciais aplicadas a tipos específicos de aço que foram considerados dumping ou subsidiados de forma ilegal.

Se isso é positivo para os consumidores de aço em um país que depende das importações para atender a demanda, é outra questão.

Os preços referenciais do aço, em possível sinal de que os compradores antecipam um mercado mais difícil, valorizaram-se mais de 30% no acumulado do ano e chegaram ao maior patamar desse 2011, segundo a empresa de fornecimento de dados GRU.

Entre os possíveis beneficiados estão os fabricantes de "produtos tubulares para países petrolíferos", como os tubos de perfuração, extração e de revestimento usados na extração de petróleo e gás. Os EUA importam mais da metade do que precisam nessa categoria de produtos, cuja demanda vem aumentando à medida que a recuperação dos preços do petróleo se consolida.

As cotas da Coreia do Sul - que é o maior fornecedor - poderiam se mostrar um ótimo impulso para fornecedores como a US Steel, Vallourec (França) e a Tenaris (Luxemburgo), ambas com produção nos EUA.

Para as siderúrgicas europeias, em termos mais gerais, o impacto das consequências vai depender em parte de uma investigação de Bruxelas que poderia levar a UE a impor tarifas de "salvaguarda" sobre o aço estrangeiro. Medidas desse tipo são permitidas pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) quando uma indústria doméstica é ameaçada por aumentos na importação.

Trump também terá de considerar os pedidos de abrandamento feitos por algumas siderúrgicas domésticas que recebem material básico do exterior e alertam sobre a possibilidade de cortes de empregos e até possíveis fechamentos.

A maioria das importações dos EUA chega na forma de aço acabado, mas cerca de 20% são produtos siderúrgicos básicos, do Brasil, Rússia, México e Japão, que são processados nos EUA em um produto final e, então, vendido a montadoras, construtoras e outros clientes.

Entre as afetadas está a NLMK USA, uma produtora russa que emprega mais de 1.000 pessoas na Pensilvânia e em Indiana.

A empresa advertiu que a tarifa de 25% sobre as importações de aço básico de suas unidades na Rússia coloca em risco um investimento de US\$ 670 milhões previsto para os próximos cinco anos.

Um país que dificilmente receberá algum alívio nas tarifas é a China, responsável por quase metade da produção anual de aço no mundo.

Embora tenha sido acusada de dumping de aço, a China exporta diretamente apenas uma pequena fração de sua produção para os EUA. A ironia é que as siderúrgicas chinesas, um dos principais alvos do presidente Trump, também poderão sair relativamente ilesas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Caio Borges, Jefferson Nascimento e Joana Nabuco

Título: Tragédias na mineração

Pelo menos três graves incidentes no setor de mineração ocorridos no Brasil nos últimos anos acenderam um alerta sobre o compromisso do setor com a sustentabilidade.

Em 2015, o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), despejou milhões de metros cúbicos de metais pesados na bacia do Rio Doce. Em 2018, o

vazamento de rejeitos de minério por meio de dutos clandestinos da refinaria Hydro Alunorte (Barcarena/PA) e o rompimento do mineroduto Minas-Rio, da Anglo American (Santo Antônio da Gramma/MG), foram acrescentados à lista de desastres com impactos profundos e irreversíveis no meio ambiente e na vida de milhares de pessoas.

Os três casos são exemplos de profecias autorrealizáveis, anunciadas há muito por especialistas. Passado o "boom" das commodities, as estruturas operacionais (barragens, refinarias, minerodutos, etc) mostram-se incapazes de garantir a segurança de trabalhadores e comunidades, além da proteção ambiental.

Na raiz desses eventos está uma combinação explosiva entre licenciamento ambiental açodado (ou inexistente), ampliação da produção sem a devida avaliação de riscos e do desgaste das estruturas e falhas na fiscalização. Órgãos de supervisão socioambiental estão fragilizados por sucessivos cortes orçamentários. Empreendedores privados utilizam-se irresponsavelmente de materiais de menor qualidade para maximizar ganhos e exercem pressão política para a concessão de licenças, atropelando o rito legal, especialmente as consultas públicas.

As consequências financeiras são inegáveis. Samarco, Vale e BHP Billiton poderão ter de desembolsar cerca de R\$ 20 bilhões para reparar os danos causados. No Pará, a Justiça ordenou a redução em 50% da produção da refinaria Hydro Alunorte. A indenização por danos ambientais cobrada é de R\$ 250 milhões. Em Minas Gerais, o despejo de quase mil toneladas de polpa de minério de ferro em mananciais acarretou bloqueio judicial de R\$ 10 milhões da Anglo American, além de interrupção total das atividades do maior mineroduto do mundo por 90 dias.

Medidas de prevenção e reparação efetivas são essenciais para impedir que a mineração seja um obstáculo ao desenvolvimento sustentável. O fortalecimento do marco normativo e político - incluindo o aprimoramento do licenciamento ambiental, e não sua flexibilização -, a adoção de rígidos protocolos de segurança e a realização de devida diligência em direitos humanos são exemplos de como prevenir impactos.

Se, ainda assim, ocorrer a materialização de riscos, medidas de reparação concretas se fazem necessárias. Embora a via judicial seja a mais adequada e compatível com a reparação a violações de direitos, na prática sua eficácia se reduz por barreiras como o alto custo e a morosidade do Judiciário. Diante disso, mecanismos extrajudiciais são uma alternativa. Mas para que promovam reparações justas, devem atender a critérios como legitimidade, transparência e previsibilidade.

Transparência, responsabilização e reparação integral são essenciais para a remediação de violações

No caso do desastre do Rio Doce, foi feita uma opção pela via extrajudicial. Em março de 2016, as três empresas, Samarco, Vale e BHP Billiton, e o poder público assinaram um acordo que criou a Fundação Renova e o Comitê Interfederativo (CIF), responsáveis, respectivamente, pela implementação e fiscalização dos programas de reparação da bacia do Rio Doce.

O acordo já nasceu, contudo, com sérios vícios de origem. Primeiro, as comunidades atingidas foram deixadas de lado das negociações. Segundo, não houve um prévio e abrangente diagnóstico sobre a extensão dos danos, especialmente os socioeconômicos. Terceiro, não foram fixadas metas concretas e parâmetros objetivos para verificar o cumprimento das obrigações. Fortemente criticado pela sociedade civil, academia, Poder Legislativo, membros do Ministério Público, Defensoria Pública e até pela ONU, a homologação do acordo acabou sendo anulada pela Justiça Federal.

Desde então, outros acordos foram celebrados para avaliar a eficiência dos programas de recuperação, diagnosticar a dimensão dos danos causados e criar assessorias técnicas para auxiliar as pessoas atingidas durante o processo de reparação. Atualmente, empresas e Ministério Público negociam um novo acordo sobre as formas de participação das comunidades nas estruturas de governança da Fundação Renova e do CIF.

O momento é, portanto, oportuno para a correção de rumos.

Primeiro, o desenho institucional do acordo deve ser profundamente alterado. Representantes das comunidades atingidas devem ter participação em quórum suficiente dentro dos órgãos com poder decisório no âmbito da Fundação Renova e do CIF. A nomeação desses representantes deve ocorrer por meio de um procedimento transparente e compatível com o modo de vida e organização social das comunidades.

Segundo, deve-se estabelecer sanções rigorosas para atrasos e falhas nos programas de recuperação. O acordo assinado em 2016 estabelece que o CIF pode fixar multas em caso de descumprimento das obrigações da Fundação Renova e das empresas. Apesar disso, a Fundação Renova desrespeita de forma sistemática as determinações do CIF, o que vem impedindo o acesso de diversas comunidades aos programas de recuperação.

Deve-se também corrigir algumas falhas na concepção de tais programas. Sem uma recuperação integral do meio ambiente, há uma continuada violação a direitos fundamentais. Comunidades cuja principal fonte de renda era a pesca,

por exemplo, apenas deixarão de sofrer danos quando voltarem a desenvolver sua atividade econômica normalmente, ou seja, quando o rio for recuperado. Assim, medidas de recuperação socioeconômica e socioambiental devem ser executadas conjuntamente.

A Fundação Renova deve garantir a inclusão de todas as comunidades atingidas no seu cadastro e os valores pagos a título de indenização devem ser compatíveis com as perdas sofridas. Atualmente, várias comunidades que sofreram danos ainda não foram reconhecidas. Com isso, elas ficam impedidas de acessar qualquer medida de reparação disponível.

Transparência, participação, responsabilização e reparação integral são essenciais para a remediação de violações no contexto da mineração no Brasil.

Caio Borges, Jefferson Nascimento e Joana Nabuco são advogados do Programa de Desenvolvimento e Direitos Socioambientais da Conectas Direitos Humanos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Petrobras veta tradings em refino

A Petrobras vetará propostas de empresas que tenham como principal atividade a comercialização global de petróleo e derivados de terceiros, conhecidas como tradings, no recém-lançado modelo de desinvestimentos em refino. Entre os critérios de elegibilidade para participar da concorrência pelos blocos de refinarias do Sul e Nordeste, a estatal estipulou que poderão disputar apenas companhias com receita anual superior a US\$ 5 bilhões que possuem ou operem ativos em toda a cadeia de petróleo e derivados, desde que não tenham como atividade fim a comercialização dos produtos.

No prospecto de venda dos ativos, lançado na última semana, a Petrobras não explicou os motivos para a decisão. Mas o **Valor** apurou que a estatal quer parceiros estratégicos para o refino, que possam ampliar investimentos no Brasil e não apenas utilizar as instalações para processar óleo importado. Na prática, a ideia é atrair um parceiro com visão de longo prazo e que não esteja focado apenas na cotação diária das commodities.

Com isso, o programa de venda das refinarias deve abrir espaço para a entrada de novas empresas com estratégias de verticalização no mercado brasileiro. Segundo especialistas consultados pelo **Valor**, as principais candidatas à compra dos ativos da estatal são as petroleiras globais, que aumentam ano a ano suas

produções no Brasil e atuam como empresas integradas de energia no exterior. Companhias de refino e fundos de investimentos também estão entre os potenciais interessados.

Para Edmar Almeida, professor do Grupo de Economia da Energia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GEE/UFRJ), as principais interessadas nos ativos da Petrobras devem ser empresas que buscam integração vertical e que queiram vender no país o petróleo que produzem aqui. Segundo dados da ANP, cerca de 25% da produção de petróleo está hoje nas mãos de empresas que não a Petrobras. O percentual equivale justamente à fatia do parque de refino que a estatal está colocando à venda.

O economista lembra que, hoje, a única opção das petroleiras que produzem no Brasil é exportar, já que a estatal brasileira é monopolista no refino e o acesso ao mercado é difícil. Assumir o controle de refinarias no país, portanto, seria uma oportunidade de acessar um mercado consumidor. Ele destaca também que, geopoliticamente, houve uma mudança no mercado de petróleo na última década e que petroleiras tem buscado novos mercados para vender produtos.

"Existe hoje uma disputa por mercados consumidores. Depois da revolução da produção não convencional, os Estados Unidos reduziram muito sua importação. As empresas tiveram que buscar outros compradores. A China é um mercado mais fechado para se entrar no refino. Há uma disputa grande, por exemplo, entre Rússia e Arábia Saudita", disse Almeida, lembrando o Brasil é um mercado em expansão - a Petrobras estima um aumento anual da demanda por derivados de 1,8% até 2030.

Segundo ele, distribuidoras também podem se interessar pelos ativos da Petrobras. Ele lembra o caso da Shell, que possui participação na Raízen e é uma das principais produtoras de petróleo do país. "Faz sentido para uma empresa desse perfil". A multinacional, porém, tem manifestado que seu foco no Brasil é a exploração e produção em águas profundas.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, ressalva que, diante da queda dos preços do barril nos últimos anos, as petroleiras globais venderam boa parte de suas refinarias. Em entrevista ao **Valor** este mês, o presidente mundial da francesa Total, Patrick Pouyanné, por exemplo, descartou entrar no mercado brasileiro de refino.

Pires lembra que existem, contudo, empresas especializadas em refino e comercialização que podem ser atraídas para o mercado brasileiro, desde que superadas as barreiras regulatórias. A holandesa Vitol, especializada em refino e comercialização, é um exemplo. A empresa é um dos nomes apontados como

possível compradora da distribuidora Alesat e também negocia com a Refit (antiga Manguinhos) parcerias na área de refino.

Empresas asiáticas também têm visitado o país, interessadas em investir em novas refinarias no Nordeste. A chinesa Qingdao Xinyutian Chemical, aliás, chegou a assinar um memorando de entendimento com o governo do Ceará para construção de uma refinaria no porto do Pecém. A iraniana Niordc é outra que mantém conversas com o governo cearense.

A pesquisadora da FGV Energia Fernanda Delgado, também acredita na presença das empresas com estratégia de verticalização e, eventualmente, na entrada de companhias especializadas em refino, interessadas em diversificar negócios (caso das indianas) ou ampliar a influência geopolítica no país associado à exportação de equipamentos (caso das chinesas).

Fernanda, contudo, não acredita na concretização da venda das refinarias este ano. Para ela, o debate eleitoral pode contaminar eventuais negócios e reduzir o ritmo das discussões em torno das mudanças regulatórias necessárias para atração de investimentos.

"O programa Combustível Brasil está num ritmo muito lento. Enquanto a regulação não avançar, será difícil [a venda]", disse ela.

O principal desafio para a venda será superar a desconfiança de investidores em torno do controle de preços. O consultor e ex-diretor da ANP David Zylbersztajn acredita, porém, que a entrada de novos agentes reduzirá as chances de práticas de preços subsidiados. "Quando o mercado abriu, a Petrobras deveria ter sido obrigada a vender uma participação expressiva no refino, como aconteceu no mundo todo. E não houve nada. Isso proporcionou que ela fizesse dumping de preços e quase quebrou a empresa por causa disso".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Cláudia Schüffner | Do Rio

Título: Statoil muda comando no Brasil

A Statoil anunciou uma mudança na sua estrutura corporativa que na prática elevou a posição do Brasil. O país deixou de fazer parte da área de Desenvolvimento e Produção Internacional e ganhou designação própria, de Desenvolvimento e Produção Brasil, ligada diretamente ao comando na Noruega. Antes só os investimentos nos Estados Unidos faziam parte de uma área de negócios separada.

Entre as mudanças no Comitê Executivo Corporativo (CEC), anunciadas na sexta-feira, está a mudança do comando no Brasil. A executiva Margareth Ovrum assume o cargo de vice-presidente executiva da área de negócios Brasil no dia 1º de agosto, no lugar de Anders Opedal, que passa a ser vice-presidente de Tecnologia, Projetos e Perfuração, cargo que até agora é ocupado por Margareth.

O objetivo da reorganização, segundo o comunicado, é "garantir a renovação, ampliar a experiência na equipe de liderança e fortalecer ainda mais o fluxo de liderança na empresa". As mudanças estão previstas para entrar em vigor entre amanhã e 15 de outubro.

Desde 2011, quando passou a operar o campo de Peregrino, na Bacia de Campos, a Statoil elevou sua participação na exploração e produção de petróleo e gás no Brasil. A empresa investiu R\$ 973,2 milhões na 15ª rodada da ANP, em março, conseguindo, junto com sócios, a aquisição de quatro áreas.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás | De São Paulo

Título: Turbulências do efeito Trump impulsionam metais e petróleo

Os Estados Unidos tomaram para si o protagonismo nos mercados de commodities industriais. O "efeito Trump" chacoalhou tanto o petróleo quanto o minério de ferro e os metais básicos, com uma nova rodada de instabilidade. Ao fim de abril, o saldo, contudo, foi positivo, com alta relativamente generalizada dessas matérias-primas.

"Atualmente, os mercados de commodities estão caracterizados por um grau alto incomum de incerteza muitas vezes relacionado com geopolítica", afirma Carsten Menke, analista de matérias-primas do banco suíço Julius Baer. "Com aço e metais não ferrosos, a ligação com Donald Trump é maior, mas em petróleo sua participação é menos intensa."

Uma das principais notícias no mês foi a sanção anunciada pelo presidente americano a Oleg Deripaska, magnata russo controlador da fabricante de alumínio Rusal e acionista relevante da Norilsk Nickel. A Bolsa de Metais de Londres (LME, na sigla em inglês) chegou a fechar as portas para o alumínio da Rusal e teve de responder a investidores temerosos que não havia ainda planos para fazer o mesmo com a Norilsk Nickel.

Apesar da volatilidade, os contratos futuros de três meses do alumínio subiram 10,6% em abril até sexta-feira na LME, para US\$ 2.227 a tonelada. Na máxima

do período, a commodity chegou a valer US\$ 2.587, 28,5% de valorização. O níquel, por sua vez, avançou 5,2%, para US\$ 13.990, e no melhor momento do mês ganhava 18,7%, para quase US\$ 15.790.

Depois de o Tesouro americano admitir que pode flexibilizar as restrições ao empresário russo e ele mesmo concordar em, "a princípio", reduzir sua participação para menos de metade da controladora da Rusal, a EN+, o alumínio perdeu fôlego. Quanto ao níquel, os analistas ressaltam que dificilmente haverá alguma atitude dos EUA, dado que o paládio da Nornickel é muito consumido.

"A maioria das preocupações quanto às sanções para a Rusal se foram agora e a valorização artificial do alumínio deve terminar", diz Daniel Briesemann, analista do banco alemão Commerzbank. "Durante alguns meses, até a situação se concluir, a normalização provavelmente virá."

O minério de ferro, por sua vez, que sofreu grande tombo em março por conta das incertezas causadas pela seção 232 - regra dos EUA que permitiu a implantação de uma tarifa de 25% sobre aço importado -, viu alguma recuperação durante este mês. Os preços do produto com teor médio de 62% de ferro entregue no porto de Qingdao subiram 1,1% até sexta, para US\$ 65,68.

Menke, do Julius Baer, resalta que os EUA podem ser o motor das notícias que afetam o minério hoje em dia, mas que no longo prazo não há como fugir da influência da China. Os chineses consumiram mais aço que o dobro dos mercados europeu, americano e japonês combinados, mas ele lembra que a perspectiva é de enfraquecimento.

"O governo chinês voltou a se concentrar na transição de uma expansão econômica baseada no investimento para um focado em consumo, o que havia sido deixado de lado no ano passado para evitar um 'pouso forçado'. Isso deve minguar o consumo de aço e minério de ferro no longo prazo", diz o analista.

A matéria-prima atingiu, já completado um mês dos três do segundo trimestre, cotação média de US\$ 65,34, 12,2% abaixo dos três primeiros meses do ano, mas 3,7% de avanço ante o mesmo trimestre de 2017 cheio. Para a brasileira Vale, o resultado pode ser ainda melhor. O enfraquecimento do real no período deixa o insumo com média 10,3% melhor do que um ano atrás.

Em abril, o segundo contrato do Brent, referência mundial, subiu 7% na ICE Futures de Londres, para US\$ 73,79 o barril, enquanto o WTI avançou 5% na Nymex, de Nova York, para US\$ 67,98. Trump já chegou a declarar sobre essa valorização que "não aceitará" petróleo caro.

Mas outros efeitos além do presidente americano influenciam os preços da matéria-prima. O Bank of America Merrill Lynch (BofA) lembra, em relatório,

que a redução do ritmo de extração de petróleo na Venezuela, por conta da crise local, tem ajudado a suavizar o excesso de oferta no mercado internacional.

Para o BofA, no segundo trimestre o preço ficará acima de US\$ 80. Se isso ocorrer, opina, a Arábia Saudita pode querer corrigir o mercado, dessa vez para baixo.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor:

Título: Destaques

Oferta da Braskem

Os controladores da petroquímica Braskem, Petrobras e Odebrecht, já começaram a formar o sindicato de bancos que será responsável pela oferta de ações da companhia. De acordo com duas fontes, os bancos Citi, Bank of America, Bradesco BBI e Santander são os primeiros a compor o grupo, mas o sindicato ainda não está fechado. A oferta primária e secundária está prevista para o primeiro semestre, mas ainda há pendências em discussão entre os dois maiores acionistas. A Braskem diz que a empresa não contratou bancos para o follow-on. **(Maria Luíza Filgueiras)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Juliana Machado | De São Paulo

Título: Eletrobrás resiste com aposta em venda de distribuidoras

As ações da Eletrobrás continuam sensíveis às declarações do governo em defesa da privatização da companhia, embora haja grande ceticismo com o espaço para concretização dessa operação ainda neste ano. O que está no radar dos investidores que ainda detêm esses papéis é, na verdade, a venda das distribuidoras, prevista para junho. É essa perspectiva que serve como argumento para sustentar posições nessas ações e a frustração desse evento, portanto, pode provocar uma nova onda de venda desse papel.

Na sexta-feira, a declaração do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, de que a capitalização da Eletrobrás pode ocorrer ainda este ano fez as ações da companhia dispararem: a ON subiu 4,39% e a PNB, 5,89%, maiores altas do Ibovespa. Mas segundo investidores ouvidos pelo **Valor**, a possibilidade de que a desestatização aconteça apenas no ano que vem já foi incorporada aos

preços, o que levou alguns fundos a se desfazer de posições para levantar caixa. Isso ajuda a explicar a queda recente do preço da ação.

Algumas casas que carregam o papel em sua carteira, entretanto, ainda veem chances de ganho de valor para a estatal com a venda das distribuidoras e, por isso, mantêm suas posições. "Se elas não forem vendidas, o custo dessas empresas caberá a todo o Brasil. É importante que isso saia", afirma um gestor de um grande fundo de investimentos brasileiro ouvido pelo **Valor** sob condição de anonimato. "O consumidor está arcando com esse custo, por isso há empenho para que isso se resolva", disse.

Essa fonte reconhece que os riscos para o papel cresceram recentemente com as mudanças no Ministério de Minas e Energia (MME) e na Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Em abril, o então presidente da estatal, Luiz Augusto Barroso, entregou uma carta em que pediu sua exoneração do cargo. A decisão aconteceu após Paulo Pedrosa deixar a secretaria-executiva do MME. **Moreira Franco assumiu o ministério no lugar Fernando Coelho Filho.**

No dia do anúncio das mudanças, a ação ordinária da estatal caiu 9,17% e a preferencial classe B perdeu 8,17%, maiores baixas do Ibovespa naquele dia. Desde que a privatização da Eletrobrás foi anunciada pela primeira vez, em 21 de agosto do ano passado, a ON da empresa já subiu 35,56%, para R\$ 19,25, enquanto a PNB subiu 30,85%, para R\$ 23,33. Os papéis, porém, estão longe do pico do fim de fevereiro deste ano, quando havia grande confiança na privatização da empresa. Naquele momento, a ação ON atingiu o preço de R\$ 24,90 e a PNB, de R\$ 29,23.

Agora, a leitura de que a venda das distribuidoras está na agenda impede uma queda maior dos preços da ação. A meta anterior da Eletrobrás era realizar o certame em 21 de maio, mas o presidente da estatal, Wilson Ferreira Junior, informou a alteração da data para junho porque o Tribunal de Contas da União (TCU) levaria um mês para concluir parecer sobre a venda dessas empresas.

"O termômetro da privatização já esteve mais quente até o começo do ano, mas quem é investidor da Eletrobrás hoje tem ciência do risco do investimento e suporta carregar essa posição", afirma um estrategista. "A probabilidade diminuiu, mas não foi zerada. Tivemos mudanças nas pastas do setor que elevaram as preocupações. Mas a venda das distribuidoras e a privatização podem trazer muito valor ao acionista."

O desempenho das distribuidoras derrubou o resultado da Eletrobrás em 2017. O prejuízo de R\$ 1,726 bilhão no ano passado foi influenciado principalmente por provisões operacionais de R\$ 5,747 bilhões e pelo prejuízo das

distribuidoras da companhia, no valor de R\$ 4,179 bilhões. **(Colaborou Rodrigo Polito, do Rio)**

MME / ASCOM .